

MAPA DE RISCOS PROCESSO 0005651-05.2026.6.27.8000												
NÚMERO	EVENTO DE RISCO	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	CATEGORIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	ESTRATÉGIA	TRATAMENTO (AÇÃO PREVENTIVA)	TRATAMENTO (AÇÃO DE CONTINGÊNCIA)	CONTROLE	RESPONSÁVEL
1	Subdimensionamento da margem de imprevisibilidade (20%) em anos de eleições ou eventos afilios (Fase de Planejamento)	Ocorrência de um número de certames desastrosos, fracionados, editais de notificação ou publicações emergenciais superior à estimativa histórica calculada no ETP para os anos pares (eleitorais).	Esgotamento precoce da estimativa total de 3.828 cm/cui antes do término do ciclo de 48 meses, o que pode causar a paralisação das publicações oficiais, a suspensão de novos certames e comprometimento a execução orçamentária do Tribunal.	Operacional/Financeiro-Orçamentário	Baixa	Alto	Moderado	Mitigar	Prever, no Termo de Referência, de cláusulas que obrigam a fiscalização a realizar o controle sistemático do saldo do quantitativo consumido mensalmente, com alertas automáticos sempre que o consumo atingir 75% da cota prevista para o período, além de definir Acordos de Nível de Serviço (ANS/SLA) exigindo a divulgação mais ampla possível por parte da contratada para otimizar o uso do cm/cui.	Auturação temporária de processo administrativo para formalizar termo aditivo de acréscimo de quantitativo (até o limite legal de 20%), mediante justificativa técnica e garantia de disponibilidade orçamentária, evitando a descontinuidade do serviço.	Envio e análise mensal de relatórios de consumo e saldo contratual, criando a projeção de gastos com a efetiva ocupação espacial (cm/cui) contratada pela contratada.	Equipe de Planejamento
2	Erro na modelagem do Termo de Referência quanto à especificação técnica, sobrecarga para o formato 100% digital e para os compromissos de publicação (Fase de Planejamento)	Dificuldade ou omissão na definição clara dos padrões tecnológicos adotados para a comprovação das publicações (ex: falta de clareza de que o envio simples por e-mail em formato PDF é o método oficial de comprovação).	Contratação de empresa que forneça relatórios ou comprovações de publicação em formatos inadequados ou ilegíveis, negligenciando a instrução processual das licitações e atrasando os atos.	Operacional/Legal	Baixa	Alto	Moderado	Mitigar	Detalhar no Termo de Referência que o envio do comprovante da publicação em formato não editável (PDF) por e-mail, para aprovação da fiscalização, é suficiente para atestar a execução do serviço, estipulando Acordos de Nível de Serviço (ANS/SLA) exigindo a divulgação mais legibilidade e tempestividade do envio.	Previsão de cláusula contratual que permita a diligência imediata à contratada para substituição ou regularização do arquivo enviado por e-mail em prazo exíguo (ex: 24 horas) caso esteja ilegível ou incorreto, sob pena de retenção causal do pagamento.	Conferência sistemática do recebimento do e-mail com o arquivo, verificando a legibilidade e a correspondência entre o comprovante com a matéria encaminhada, antes de emitir o respectivo ateste.	Equipe de Planejamento
3	Atraso na publicação diária dos extratos de editais pela contratada, ocasionando nulidade ou atraso de certames licitatórios do TRE-MA (Fase Contratual)	Falha nos processos internos de edição, diagramação ou verificação do jornal pela contratada, ou desorganização logística na recepção do material enviado eletronicamente pela ASLIC.	Descumprimento dos prazos legais de publicidade (art. 54, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), acarretando atrasos no cronograma de planejamento das licitações, potencial nulidade de certames já agendados e prejuízos operacionais para o Tribunal.	Operacional/Legal	Baixa	Alto	Moderado	Mitigar	Estabelecer no Termo de Referência um cronograma rigoroso de horários, limites para envio de publicação (Acordo de Nível de Serviço - ANS/SLA), prevendo sanções administrativas e glosas financeiras para o descumprimento de prazos ou não verificação tempestiva, além de exigir canal de comunicação direta para confirmação de recebimento das matérias.	Notificação imediata da contratada para a verificação obrigatória no primeiro dia útil subsequente à falha, acompanhada da reatuação tempestiva das datas de abertura dos sessões públicas dos projetos pela ASLIC para evitar nulidades.	Acompanhamento diário das verificações pela equipe de fiscalização, conferindo o protocolo de envio da matéria com a data efetiva da publicação no jornal.	Gestor(a) do Contrato
4	Faturamento indevido decorrente do uso (alterado de layout) superdimensionados para inflar a medição em cm/cui (Fase Contratual)	Tentativa da empresa contratada de maximizar seu lucro aproveitando-se da malícia do faturamento baseada em espaço físico, utilizando fontes maiores, entrelinhas excessivas, legimanças desnecessárias ou margens excessivas.	Desperdício de recursos públicos, esgotamento prematuro do saldo contratual estimado (3.828 cm/cui) e potencial responsabilização dos fiscais por atestar despesas antieconômicas.	Financeiro-Orçamentário/Integridade	Baixa	Alto	Moderado	Mitigar	Padronizar, no Termo de Referência, a forma exaustiva no Termo de Referência, as regras de diagramação exigidas (tamanho máximo e mínimo de fonte, espaçamento, entrelinhas e margens), estipulando que o pagamento será restrito à área que o texto ocuparia caso seguisse essa padronização, independentemente do layout final impresso no jornal.	Glosa imediata dos valores faturados a maior na nota fiscal correspondente à publicação regular, acompanhada da abertura de processo administrativo sancionatório por inexecução parcial e infração contratual.	Conferência rigorosa e simulação do espaço disponível pela fiscalização, com base no padrão de padronização do TR em cada edição, confrontando com a nota fiscal apresentada, antes do ateste do faturamento.	Gestor(a) do Contrato
5	Falha na entrega tempestiva do comprovante de publicação em PDF por e-mail, prejudicando a instrução processual (Fase Contratual)	Desorganização administrativa da contratada ou falha na rotina de envio diário dos e-mails contendo os comprovantes das verificações.	Atraso na juntada de documentos obrigatórios nos processos licitatórios do TRE-MA, dificultando a comprovação de publicidade para os órgãos de controle e podendo gerar atrasos no andamento dos certames.	Operacional/Legal	Média	Médio	Moderado	Mitigar	Estabelecer, no Termo de Referência, um prazo máximo exíguo (ex: 24 horas após a verificação) para o envio do e-mail com o PDF comprovatório, vinculando o ateste da medição para pagamento à entrega regular deste arquivo, acompanhado de penalidades para atrasos recorrentes (Acordo de Nível de Serviço - ANS/SLA).	Notificação diligencial imediata à contratada pelo e-mail e envio do e-mail fixado no mesmo dia útil do chamamento, sob pena de glosa ou suspensão causal do pagamento da verificação publicada até a regularização.	Acompanhamento diário da caixa de e-mail institucional pela fiscalização, com checagem de recebimento confrontado com a matéria encaminhada para publicação no dia anterior.	Gestor(a) do Contrato
6	Perda superevento de capitalidade ou da condição legal de "Jornal de grande circulação" no Estado do Maranhão ao longo dos 48 meses (Fase Contratual)	Queda abrupta na tiragem impressa ou nos acessos digitais, fechamento de sucursais ou reestruturação severa do veículo de comunicação contratada, comprometendo sua abrangência territorial exigida em lei durante o longo ciclo de 4 anos de contrato.	Descumprimento do art. 54, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, tornando as publicações do TRE-MA judicialmente inválidas, o que pode gerar nulidade de certames licitatórios e a interrupção do planejamento de contratações do órgão.	Operacional/Legal	Baixa	Alto	Moderado	Mitigar	Prever, no Termo de Referência, a obrigatoriedade de a contratada apresentar uma declaração simples atestando a manutenção do status de "Jornal de grande circulação", exigindo apenas a cada cinco (5) anos do ciclo contratual, dispensando a apresentação de auditorias ou relatórios complexos.	Notificar a contratada para providenciar a substituição imediata do veículo de comunicação por outro jornal que atenda aos requisitos de grande circulação (abertura quantitativa), mantendo a regularidade do serviço, adotando a abertura de processo sancionatório apenas em caso de recusa ou impossibilidade de substituição tempestiva.	Recebimento e arquivamento da declaração simples da contratada, conferida anualmente pela equipe responsável.	Gestor(a) do Contrato
7	Interrupção do recebimento de matérias devido a instabilidade ou falha no sistema eletrônico ou e-mail de recepção da contratada (Fase Contratual)	Problemas técnicos nos servidores da empresa contratada, falha de conectividade, queda de entrada cheia ou indisponibilidade temporária de e-mail oficial de recebimento das matérias enviadas pela ASLIC.	Impossibilidade de envio das matérias dentro do horário limite diário, causando atraso na publicação dos editais, perda de prazo legal e comprometimento do cronograma de licitações do TRE-MA.	Operacional	Média	Médio	Moderado	Mitigar	Exigir, no Termo de Referência, que a contratada disponibilize e mantenha canais de comunicação redundantes (ex: e-mails alternativos ou atendimento telefônico/messenger institucional) para o recebimento oficial de matérias em caso de falha do canal principal.	Acionamento imediato dos canais redundantes de envio para garantir o recebimento da matéria no prazo e notificação da contratada para reestabelecer o canal principal, sob pena de sanções se a falha resultar em atraso na publicação (acionamento de SLA).	Verificação diária da confirmação de recebimento (resposta automática ou manual do veículo de comunicação) imediatamente após o envio da matéria pela equipe da ASLIC.	Gestor(a) do Contrato
8	Publicação de matérias com erros de diagramação, ilegibilidade ou omissão de dados essenciais fornecidos pela ASLIC (Fase Contratual)	Falha humana na equipe de edição da contratada, desconfiguração do texto durante a importação do arquivo ou ausência de uma revisão de qualidade eficiente antes da impressão/verificação final.	Prejuízo à compreensão do aviso de licitação pelo mercado, necessidade de republicação (retificação), atraso no cronograma do certame e potencial nulidade processual caso a falha afete o sentido ou o conteúdo essencial da publicação.	Operacional/Legal	Baixa	Alto	Moderado	Mitigar	Estabelecer no Termo de Referência a obrigatoriedade de reprodução fiel do texto encaminhado, definindo Acordos de Nível de Serviço (ANS/SLA) com previsão de advertências e multas para falhas insanáveis de erros de diagramação ou omissões que demandem republicação.	Notificação imediata da contratada para a realização da republicação corretiva (retificação) no primeiro dia útil subsequente, sem qualquer custo ou faturamento adicional para o TRE-MA, cabendo à ASLIC readquirir o prazo do certame, se necessário.	Leitura e conferência rigorosa do conteúdo de cada publicação realizada, confrontando o texto veiculado com o arquivo original encaminhado pela unidade demandante.	Gestor(a) do Contrato
9	Descontinuidade da operação da contratada (falha ou encerramento das atividades do jornal) durante o longo ciclo contratual de 48 meses (Fase Contratual)	Problemas financeiros estruturais da empresa, crises de mercado, má gestão ou perda de condições operacionais e legais que inviabilizem a manutenção do veículo de comunicação ao longo dos 4 anos previstos.	Paralisação abrupta dos serviços de publicação legal, impedindo o cumprimento do art. 54, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o que acarretará a paralisação dos certames do TRE-MA e eventuais prejuízos ao planejamento logístico e institucional até que nova contratação seja formalizada.	Operacional/Legal	Baixa	Alto	Moderado	Mitigar	Prever, no Termo de Referência, exigências claras quanto à comprovação da qualificação econômico-financeira na fase de habilitação (Índice de Liquidez e Índice de Saúde Contratual que origine a contratação) a informar o TRE-MA antecipadamente sobre qualquer alteração estrutural ou risco de descontinuidade do veículo de comunicação.	Rescisão unilateral do contrato e convocação imediata do licitante remanescente da ordem de classificação (se houver) ou atuação urgente de processo para contratação emergencial de outro jornal de grande circulação, evitando a interrupção prolongada das licitações do Tribunal.	Verificação mensal rigorosa da manutenção das condições de habilitação e da regularidade fiscal e tributária (consulta ao SICAF) antes de cada pagamento, utilizando isso como termômetro da saúde financeira da empresa.	Gestor(a) do Contrato

Documento assinado digitalmente
 MATEUS MARINHO ALENCAR
Data: 01/10/2026 14:18:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>